

Entrevista com Luciano Mendes de Faria Filho

Luciano Mendes de Faria Filho é professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, onde coordena o Projeto “Pensar a Educação, Pensar o Brasil - 1822/2022”, iniciativa desenvolvida em rede por mais de uma dezena de instituições universitárias brasileiras. É graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988), possui mestrado em Educação pela mesma instituição (1991), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1996) e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica-Rio (2004), Universidade de Brasília (2012) e pela Universidad Pedagógica Nacional – México (2019). Suas pesquisas e produções concentram-se nas áreas de Educação, com ênfase em História da Educação, História da infância, Cultura escolar, História da escolarização, Intelectuais e educação no Brasil e Pensamento social brasileiro e educação.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Allysson Fillipe Oliveira Lima, Gisele Gonçalves Dias Pinto e Kelly Morato de Oliveira**, estudantes na linha de História e Culturas Políticas, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membros da Comissão Editorial da Revista Temporalidades.

[Revista Temporalidades]: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho, inspirada nos diálogos propostos pelo projeto “Pensar a Educação, Pensar o Brasil – 1822-2022”, do qual o senhor é coordenador, foi intuito da Revista Temporalidades propor a discussão sobre o campo educacional, compreendendo-o como local de disputas políticas e sociais, devido à relevância que o tema tem adquirido nos últimos anos. Gostaríamos de começar a nossa entrevista perguntando: qual foi o impacto da Universidade pública na sua trajetória?

[Luciano Faria Filho] Foi e é um impacto fundamental! Sempre estudei em escolas públicas e isso, de um modo geral, foi fundamental em minha trajetória pessoal, profissionais e intelectual. Não me penso, hoje, sem a minha experiência escolar. No caso específico da Universidade, fui o primeiro e, durante anos, o único de uma extensa família de retirantes do interior de Minas Gerais a fazer um curso superior. A escolha pela Pedagogia, na UFMG, nos anos de 1980, representava uma busca e uma aposta, cultivadas nos movimentos de juventude da Cidade Industrial de Contagem (MG), de que a educação poderia transformar as pessoas e o mundo. Embalado pelas leituras de Paulo Freire e, sobretudo, pelos ventos da redemocratização do país, achava eu, como

muit@s colegas, que a escola pública poderia fazer a diferença para as populações mais pobres. Nossa experiência, de certa forma, demonstrava que isso era possível.

No entanto, o ingresso no curso de Pedagogia e, a partir daí, no campo da História da Educação que vinha se organizando, foi também um balde de água fria nestas convicções um tanto quanto ingênuas que trazíamos. As pesquisas e as teorias da educação demonstravam, de forma cabal, que a escola, estruturalmente, reproduzia as desigualdades sociais, muito mais do que nos armava para combatê-las. O maior conhecimento não nos levou – e falo no plural porque éramos vári@s! – a desacreditar da escola, mas, muito mais do que isso, ajudou-nos a entendê-la melhor, a pensar em estratégias para expandir e democratizar a escola de qualidade para tod@s. Todavia, a mim pessoalmente, me deu a aguda consciência de que a escola sozinha pode muito pouco. É preciso que ela esteja ancorada, e seja parte da ancoragem, de um projeto político-cultural muito mais amplo no qual os movimentos sociais os mais diversos tenham lugar e protagonismos fundamentais.

Voltando, então, à pergunta: o impacto da Universidade em mim, em minha vida, foi e é fundamental, estruturante mesmo de uma forma de ser e estar no mundo. E não apenas do ponto de vista intelectual, profissional e ou material, mas, sobretudo, existencial.

[RT] O “*Pensar a Educação, Pensar o Brasil – 1822-2022*” existe há doze anos. Quais novos desafios surgem para o projeto no atual contexto brasileiro?

[LFF] O grande desafio de hoje é, sem dúvida, o investimento antidemocrático e regressista do Bolsonarismo. Digo Bolsonarismo para não personalizar, o incompetente e perverso Presidente, todo um movimento político, econômica, social, intelectual, religioso, econômico, ou seja, societário, em direção às nossas tradições mais autoritárias e violentas. Não é, obviamente, uma volta ao passado. Desgraçadamente, é a atualização contínua e perversa de nossas piores tradições como forma de atuação no presente. Neste sentido, por mais que estejamos investindo em entender o passado, em realizar pesquisas em História da Educação, e estamos muito engajados nisso, é a disputa pelo presente que nos mobiliza hoje. É certo que, nesta luta pelo presente, nem os mortos descansam em paz, como diria Walter Benjamim, e, portanto, também o passado é disputado. Mas o que dá sentido a essas lutas pelo passado é a produção de sentidos no presente. Dizemos sempre que estamos disputando os sentidos da educação no espaço público e, hoje, mais do que nunca, estamos disputando o próprio espaço público.

O grande desafio atual é, pois, a defesa da democracia, ainda que esta, entre nós, sempre tenha estado muito aquém daquilo que gostaríamos que fosse. A luta democrática pode aproximar antagonistas históricos, mas que, no momento presente, sentem que há algo maior que a própria democracia em jogo, chame-se isto de modelo civilizatório ou de outros nomes, desde que não nos esqueçamos, nunca, que a "civilização ocidental" deixou um rastro de sangue e destruição imenso.

[RT] Considerando a produção acadêmica dos últimos anos, o que merece destaque no campo da História da Educação em diálogo com a História dos Intelectuais?

[LFF] Penso que a grande virada foi, justamente, em tomada de posição em direção à própria História dos Intelectuais. A História Intelectual marcou, e marca, fortemente a História da Educação. Fomos formados, muitas gerações, no entendimento de que estudar História da Educação era estudar a legislação e o pensamento educacionais. Era uma História sem escola, sem instituições, sem pessoas, sem objetos, sem espaço, sem tempo. Hoje, vemos que houve uma substantiva mudança mesmo no campo da História do Pensamento Educacional e no trato com a própria legislação. Acho que, neste sentido, o fortalecimento da História dos Intelectuais foi um passo importante para mostrar menos a genialidade dos intelectuais, mas, sobretudo, a impotência destes. Há, evidentemente, uma desmistificação dos intelectuais e, mesmo, uma busca pela redefinição do próprio conceito, uma vez que, de um modo geral, este foi cunhado e mobilizado para dar conta das ações de sujeitos notadamente masculinos, brancos e pertencentes aos estratos sociais considerados "superiores".

Mas, penso, que o grande salto mesmo foi a organização de vários coletivos, de várias "comunidades de prática", de História dos Intelectuais. São vários os grupos que hoje trabalham sob essa rubrica, com posições teóricas e metodológicas diferenciadas, mas que sistematicamente se frequentam, trocam informações e trabalham juntos. Há, por assim dizer, uma intensa e abrangente rede de sociabilidades entre @s pesquisadores(as) brasileir@s e latinoamerican@s que trabalham com o tema, e isto é muito enriquecedor. Por outro lado, há também uma intensificação das trocas entre aqueles e aquelas que trabalham com o tema dentro do campo específico da História da Educação e aqueles e aquelas que atuam nas demais áreas ou domínios da História. Há, sob o meu ponto de vista, muito a se ganhar com essa frequência.

[RT] Para encerrar a nossa entrevista, como você avalia a construção de redes anti-intelectuais no Brasil? Há alguma relação dessa construção com as redes sociais e o mercado editorial?

[LFF] É importante lembrar, a propósito disso, que as redes anti-intelectuais são, elas também, intelectuais. Se pensarmos, por exemplo, que nos espaços públicos e no debate político o que importa é, como diz a Ângela Alonso, inspirada em Charles Tilly, a eficácia de repertórios, esse amálgama de textos e crenças mobilizados por esses grupos anti-intelectuais é, ele também, um produto intelectual e um modo de cultivar o pensamento, ainda que a gente possa (na verdade, deval!) discordar profundamente dele.

A eficiência destes grupos nas redes sociais, mais do que nas editoras, tem sido objeto de discussão de vários colegas que vêm pesquisando o tema há vários anos. Do meu ponto de vista, não é possível entender esse processo sem nos lembrarmos que mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras acima de 15 anos não completaram o ensino fundamental e que temos em torno de 13 milhões de analfabetos no Brasil. Todavia, essa dimensão é insuficiente para entender o fenômeno, inclusive porque ele atinge, também, uma considerável parcela da população altamente escolarizada do país. Assim, a demanda por violência e sua aceitação como forma de governo dos "outros" – negros, indígenas, gays, mulheres, pobres, ainda que simplesmente pobres mais pobres do que eu – é um fenômeno secular no Brasil. Neste sentido, não é um fenômeno novo, ainda que as formas que ele toma hoje sejam, em muitos casos, diferentes das anteriores. Um exemplo muito claro disso – do fenômeno secular e suas formas atuais – é o Estado brasileiro, estruturalmente racista, machista, antidemocrático e contrário a todo movimento em direção a uma maior igualdade entre @s brasileir@s, para dizer de algumas de suas características fundamentais. O Estado brasileiro sempre foi isso, mas agora, desgraçadamente, dispõe de mecanismos os mais diversos para que a sua atuação nessas direções seja mais eficaz e difícil de combater. Nesta perspectiva, as novas tecnologias têm se mostrado claramente antidemocráticas e produtoras de mais e mais desigualdades. O futuro da humanidade e da própria vida na Terra está a depender de nossa capacidade de, nos próximos anos, fazer frente a isto em escala planetária e não apenas no Brasil.

[RT] Professor, agradecemos desde já pela atenção e disponibilidade em colaborar com a nossa revista.